
Comunicação preventiva à luz da cultura do cuidado: aproximações conceituais na cartilha do MEC sobre segurança no ambiente escolar¹

Juliana Vencato OLIVIERA²

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

Prof.^a Dr.^a Cleusa Maria Andrade SCROFERNEKER³

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

RESUMO

A proposta desse artigo investiga o cenário de crises e riscos em espaços educacionais. Partimos de um questionamento fundante sobre quais as possíveis contribuições que os estudos de comunicação preventiva, à luz da cultura do cuidado, podem trazer para a gestão de crises e riscos nas organizações de ensino. Nesse contexto, escolhemos voltar o nosso olhar para uma das crises mais recente do cenário educacional: os ataques violentos nas escolas brasileiras e analisar a cartilha Recomendações para proteção e segurança no ambiente escolar desenvolvida por um grupo de trabalho do MEC e lançada em abril de 2023. Com as aproximações conceituais no texto descrito da cartilha, apresentamos alguns tensionamentos e refletimos sobre a comunicação preventiva à luz da cultura do cuidado no ambiente escolar.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação organizacional; comunicação preventiva; cultura do cuidado; gestão de riscos e crises; organizações de ensino.

INTRODUÇÃO

O cenário de extremismo violento no ambiente escolar vem crescendo consideravelmente no Brasil. Segundo o levantamento feito pelo Grupo de Políticas Públicas para o Acesso à Informação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo o aumento dos ataques pode estar diretamente relacionado

¹ Trabalho apresentado no GP Relações Públicas e Comunicação Organizacional, evento do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Mestranda do Curso de Comunicação Social da PUCRS e bolsista Capes. E-mail: juliana_vencato@hotmail.com.

³ Pós-Doutorado em Comunicação e Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Titular da Escola de Comunicação, Artes e Design (FAMECOS) e do Programa de Pós Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PPGCOM/PUCRS. Bolsista PQ/CNPq 2. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Estudos Avançados em Comunicação Organizacional-GEACOR/CNPq. Bolsista PQ/CNPq 2. E-mail: cscrofer@gmail.com/scrofer@pucrs.br

com as “subculturas extremistas que atuam como hubs de radicalização online para o extremismo violento e que atingem um público com faixa etária cada vez mais jovem (a partir dos 10 anos)” (PRADO, 2023). A Nota Técnica 15 publicada por esse grupo e assinada por Prado (2023) apurou o crescimento progressivo dos ataques em escolas. Somente no período de um ano, foram registrados 10 ataques com sete mortes e 25 feridos.

Diante desse cenário, Zechi e Vinha (2022) explicam que estudos recentes apontam que, de fato, há um aumento na percepção de violência nas escolas, em especial no último ano. O que as autoras alertam é para o cuidado que devemos ter com o discurso alarmista, dando a entender que a escola vive, constantemente, em um cenário de violência, ou seja, “os problemas de convivência, particularmente a violência, são fenômenos multifatoriais, que extrapolam os muros da escola e não podem ser considerados isoladamente” (ZECHI e VINHA, 2022, p.1295).

Essa visão já era defendida por Abramovay e Silva (2016, p.27, tradução nossa) que reiteravam que: “a violência se entrelaça e muda seu significado segundo o processo social. Isso não significa uma imprecisão conceitual. Pelo contrário, revela a complexidade do tema, sua incidência na vida cotidiana e como é difícil enquadrá-la em um contexto”⁴.

Estando cientes de que vivemos em uma sociedade complexa e que situações de riscos e crises permeiam a rotina de todas as organizações, o nosso desafio é refletir sobre como a comunicação pode colaborar com as organizações educacionais para enfrentarem as situações difíceis e emergentes com um melhor preparo. Partimos de um questionamento fundante sobre quais as possíveis contribuições que os estudos de comunicação preventiva, à luz da cultura do cuidado, podem trazer para a gestão de riscos e crises nas organizações de ensino e, escolhemos voltar o nosso olhar de pesquisadoras, para a análise de uma produção lançada pelo Governo Federal sobre esta temática, a cartilha: *Recomendações para proteção e segurança no ambiente escolar*.

Nosso artigo⁵ apresenta uma análise dessa cartilha aproximando os conceitos de riscos, crise e comunicação preventiva, à luz da cultura do cuidado, com o objetivo de

⁴ “La violencia se entrelaza y cambia su significado según el proceso social. Esto no significa una imprecisión conceptual. Por el contrario, revela la complejidad del tema, su incidencia en la vida cotidiana y lo difícil que es enmarcarla en un contexto.”

⁵ O artigo é um extrato da dissertação de mestrado em andamento que tem como título provisório: Comunicação preventiva à luz da cultura do cuidado: um olhar para as organizações educacionais.

investigar se esses conceitos estão presentes [ou não] no documento desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC). As lentes do paradigma da complexidade servem como método para nossa pesquisa de caráter exploratório (GIL,2010). Como procedimentos metodológicos, adotamos a pesquisa bibliográfica e documental, bem como a realização da análise da cartilha na qual intentamos aproximar os conceitos fundantes dessa pesquisa identificando e evidenciando os sentidos atribuídos e os contextos considerados no texto do documento.

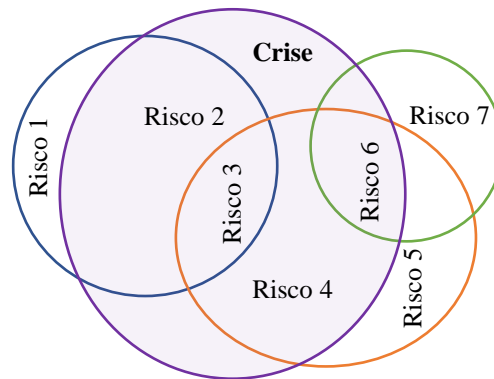
Riscos, crise e comunicação preventiva, à luz da cultura do cuidado

É da finalidade provisória de fundamentar teoricamente os conceitos de riscos, crise, comunicação preventiva e cultura do cuidado que emergem as reflexões que seguem. Buscamos, sob diferentes abordagens, os saberes necessários para aproximar o pensamento e as ideias sobre cada um dos conceitos aos quais dedicamos este artigo.

Para analisar a perspectiva dos riscos, nos ancoramos nos conceitos de Medina (2017), Florczak (2019, 2020) e Almeida (2021) que nos mostram que os riscos são as emergências e situações desafiadoras do cotidiano que, muitas vezes, são negligenciadas por falta de uma prática de mapeamento e gestão de riscos que observem essas situações como potenciais desencadeadoras de fatos críticos e crises.

Na visão de Medina (2017, p. 48) “qualquer risco deve ser monitorado em todas as suas fases, o que permite manter sob controle possíveis ocorrências, reduzindo ou mesmo anulando seu impacto sobre os negócios e a reputação da empresa”. A autora apresenta um modelo matricial de fatores com potencial crítico. Entretanto, a partir da nossa lente epistemológica entendemos que os riscos estão postos na concepção da organização, enquadrá-los em matrizes podem gerar novos riscos ao não conseguirmos observar o quanto eles se entrelaçam e (re)organizam constantemente. Na figura 1, apresentamos um possível desenho de mapeamento de risco que, considerando o pensamento complexo, poderá nos ajudar a visualizar os entrecruzamentos entre os fatos críticos:

Figura 1: Mapeamento de riscos com olhar do pensamento complexo



Fonte: a autora, 2023

Na figura destacamos as inúmeras possibilidades de riscos aos quais uma organização está exposta (sendo os números meramente exemplificativos), bem como os entrelaçamentos entre eles que podem evoluir de um fato crítico para uma crise, se não for bem gerenciado.

Com esse entendimento, é necessário trazer os autores como Shyniashiki, Fischer e Shyniashiki (2007), Forni (2020) e Machado (2020), que estão em diálogo em nossa pesquisa, e nos conceituam que a crise é entendida como uma situação que causa uma ruptura no planejamento/rotina da organização com um impacto significativo na estrutura organizacional que pode, inclusive, abalar a sua imagem e reputação perante a sociedade.

A partir dessas perspectivas sobre o impacto que os riscos e as crises geram nas organizações, acreditamos que a comunicação preventiva, à luz da cultura do cuidado, pode ser uma alternativa para colaborar no processo de gestão dessas situações de emergência. Os estudos de Steelman e MCCaffrey (2013) e Florczak (2019, 2020) embasam nossa pesquisa no que tange à comunicação preventiva. O conceito de cultura do cuidado, por sua vez, está ancorado nos estudos sobre ética do cuidado, em diálogo com os conceitos de sinodalidade e integralidade que vem sendo difundido no magistério do Papa Francisco (2013 - atual). Dessa forma, compreendemos, *a priori*, que a cultura do cuidado tem o olhar voltado para a integralidade do ser, valorizando sentimentos morais como o altruísmo, a autonomia, a capacidade relacional e a conexão do indivíduo com o todo e do todo com o indivíduo, em um movimento recursivo. É cuidar de forma responsável de si, dos outros/as e do todo que nos cerca. Nesse sentido, a comunicação preventiva, à luz da cultura do cuidado, é aquela que nasce das relações e conexões, que é construída coletivamente – de forma sinodal –, que respeita e valoriza as

emoções/sentimentos e busca a construção de um lugar mais fraterno para superar os dualismos e divisões que, podem vir, a desencadear conflitos e segregações.

Cartilha: *Recomendações para proteção e segurança no ambiente escolar*

Diante do cenário de intensificação dos ataques em escolas de todo o Brasil, o Governo Federal instituiu, em 5/4/2023, um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para propor políticas de prevenção e enfrentamento da violência nas escolas⁶. O grupo tem como competência: “realizar estudos sobre o contexto e as estratégias de prevenção e enfrentamento da violência nas escolas; e propor políticas públicas para a prevenção e o enfrentamento da violência nas escolas” (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2023). Formado por representantes dos Ministérios da Educação; Justiça e Segurança Pública; Direitos Humanos e da Cidadania; Comunicações; Saúde; Cultura; Esporte e pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, o GTI estabeleceu um cronograma de trabalho visando atender as competências estabelecidas pelo Governo Federal, bem como, para desenvolver um relatório final do grupo de trabalho, a ser entregue, 180 dias após a data da primeira reunião do GTI.

Entre as ações já realizadas pelo GTI está a cartilha: ***Recomendações para proteção e segurança no ambiente escolar***, lançada em 19/4/2023. Por ser o primeiro documento à nível nacional que trata da temática dos ataques violentos nas escolas, ele foi escolhido para ser o nosso objeto de análise neste artigo.

A cartilha foi escrita por um grupo de trabalho executivo (GT) composto por 15 membros representantes das seguintes estruturas do Governo Federal: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi – MEC), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB – MEC). Além desses, também integraram o GT representantes da sociedade civil ligados a educação, segurança pública e psicologia.

Com esse panorama traçado, passamos para a análise dos temas escolhidos para a cartilha. Essa é uma publicação em formato digital, composta por 14 páginas, disponível para *download* gratuito no portal do MEC⁷. O seu conteúdo está dividido em cinco

⁶ Ato promulgado pelo Decreto N° 11.469, de 5 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.469-de-5-de-abril-de-2023-475498983>.

⁷ Cartilha disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-cartilha-de-orientacoes-para-ambiente-escolar-mais-seguro>.

temáticas que versam sobre: 1. Orientações de prevenção e posvenção; 2. Orientações para entes federados e redes de ensino; 3. Orientações para instituições de ensino; 4. Canal de denúncias; e 5. Intervenção e resposta imediata. O texto de cada uma das temáticas é sucinto, distribuído em tópicos e direcionado para gestores educacionais (Figura 2).

Figura 2: Capa da cartilha desenvolvida pelo GT executivo do MEC



Fonte: Portal do MEC, 2023

Na cartilha não constam as fontes de referência dos autores para o desenvolvimento das orientações e, como ponto de contato para outras informações ou dúvidas dos leitores é indicado apenas o site geral do Ministério da Educação.

A divulgação da cartilha foi realizada no portal do Governo Federal e do MEC, bem como, nos principais veículos de imprensa do Brasil. Não foi encontrado registro sobre outros tipos de disseminação da cartilha junto às Secretarias de Educação dos Estados e Municípios e nem entre outros órgãos da sociedade civil ligados a educação. Na sequência desse artigo, apresentamos a análise da cartilha na íntegra.

Análise do conteúdo

Nos propomos a fazer uma de análise da cartilha *Recomendações para proteção e segurança no ambiente escolar* utilizando como metodologia a aproximação dos conceitos de riscos, crise, comunicação preventiva e cultura do cuidado dos conteúdos descritos no documento do MEC identificando quatro categorias de análise: 1) Incidência de termos ligados aos conceitos fundantes; 2) Recorrência de termos no texto e qual sentido denotam; 3) Contexto narrativo do texto; e 4) Incidência de termos ligados a área da comunicação.

O texto intitulado *Orientações de prevenção e posvenção* trata-se da apresentação da cartilha. Composto por quatro parágrafos, o conteúdo descreve o entendimento do MEC sobre a forma de desenvolvimento dos programas de prevenção e posvenção nas escolas, citando os interlocutores que precisam ser envolvidos nessa construção e orientando o seguimento de diretrizes que serão contextualizadas em cada território de atuação ao longo da cartilha.

Analisando a incidência de termos que estão ligados aos conceitos fundantes de comunicação preventiva e cultura do cuidado (categoria de análise 1): 1. comunicação; 2. prevenção; 3. risco; 4. crise; e 5. cuidado; observamos uma única citação ao termo **prevenção** ligada diretamente ao nome do programa a ser desenvolvido nas organizações educacionais conforme grifo nosso na citação a seguir: “Para serem eficazes, os programas de **prevenção**, intervenção e posvenção da violência exigem das instituições de ensino esforços colaborativos em toda a comunidade” (MEC, 2023 p.2).

Analisando esse aspecto a partir do paradigma da complexidade, reconhecemos a importância da recursividade nas ações preventivas nos contextos organizacionais. Para além de programas ou projetos pontuais – que tem um prazo determinado para serem finalizados –, acreditamos na construção de uma cultura do cuidado que privilegie a escuta ativa, as relações e as conexões dos diversos interlocutores que compõe a organização e que se (re)organiza constantemente a partir dos diferentes cenários e contextos aos quais a organização está exposta.

Dando sequência a análise, o texto segue citando o aspecto colaborativo para a construção dos programas de prevenção, intervenção e posvenção indicando quais são os interlocutores que devem ser envolvidos nesse desenvolvimento, conforme grifo nosso na citação a seguir:

Para serem eficazes os programas de prevenção, intervenção e posvenção da violência exigem das instituições de ensino **esforços colaborativos em toda a comunidade, incluindo estudantes; familiares e/ou responsáveis; profissionais da educação, gestores e conselheiros; profissionais de saúde mental, proteção e assistência social; policiais da ronda escolar, pessoal de resposta a emergências, profissionais de segurança; entre outros. Os gestores das instituições de ensino, por meio do conselho escolar, devem reunir os atores mencionados acima para desenvolver estratégias** apropriadas para seus próprios ambientes educacionais e comunitários (MEC, 2023, p. 2)

A construção coletiva é uma das premissas da comunicação preventiva, à luz da cultura do cuidado. Quando reforçamos o aspecto sinodal desse desenvolvimento, queremos dizer que a comunicação preventiva implica na abertura de espaços de diálogos

para a inclusão e participação de todas as pessoas. O texto de apresentação da cartilha faz esse movimento demonstrar a importância de articular escutas com os diversos interlocutores, citando, inclusive, profissionais que atuam fora do contexto escolar. O que nos chama a atenção nesta análise é que o aspecto comunicacional não está contemplado nesta lista principal de interlocutores. Mesmo com a presença de duas profissionais formadas em comunicação no GT que escreveu a cartilha, a inclusão dessa área não é mencionada como estratégica dentro dos grupos que irão desenvolver os programas sugeridos pelo MEC.

Quando analisamos a recorrência de termos e o contexto no qual eles estão descritos (categorias de análise 2 e 3), observamos a presença de palavras que reforçam o aspecto prático e ferramental que será difundido ao longo dos demais conteúdos descritos no documento. Dentre eles destacamos termos como: eficazes, intervenção, exigem, devem e diretrizes, conforme grifado na citação a seguir:

Para serem **eficazes**, os programas de prevenção, **intervenção** e posvenção da violência **exigem** das instituições de ensino esforços colaborativos em toda a comunidade (...) Os gestores das instituições de ensino, por meio de conselho escolar, **devem** reunir os atores mencionados (...) Nesse sentido, orientamos o seguimento das seguintes **diretrizes**, contextualizadas aos territórios. (MEC, 2023, p. 2)

Sob nossa perspectiva, as organizações educacionais são organismos vivos que se auto-eco-organizam recursivamente. Estando inseridas e sendo construtoras da sociedade, elas lidam constantemente com o incerto, o acaso e a desordem. Sendo assim, corroboramos com o pensamento de Morin (2011, p. 90) que afirma que:

para que uma organização desenvolva uma estratégia, é necessário que ela não esteja concebida para obedecer à programação, que possa absorver os elementos capazes de contribuir para a elaboração e o desenvolvimento da estratégia.

Ou seja, quando o grupo de trabalho que desenvolveu a cartilha descreve no texto de apresentação do documento expressões que determinam, exigem e/ou denotam uma postura autoritária por parte de quem irá desenvolver os programas de prevenção nas escolas eles estão contradizendo o aspecto de construção colaborativa que é sugerido no mesmo texto. Trazendo um olhar mais crítico, entendemos que a construção de um ambiente educacional que “seja saudável, acolhedor, promovendo a criação, a criatividade e a criticidade” (MEC, 2023) pouco condiz com o tom narrativo/impositivo apresentado na cartilha do MEC.

Finalizando a análise preliminar do texto de apresentação da cartilha, a única citação relacionada a área de comunicação no texto de apresentação da cartilha (categoria de análise 4) está no termo educomunicação presente no último parágrafo, conforme grifo nosso na citação a seguir:

Enfatizamos que é necessário assegurar que o ambiente educacional seja saudável e acolhedor, promovendo a criação, a criatividade e a criticidade, e que a **educomunicação** deve permear os variados componentes curriculares (MEC, 2023, p. 2)

Na cartilha, a educomunicação está descrita como uma prática/metodologia que deve permear os variados componentes curriculares desenvolvidos com os estudantes. Porém, não apresenta nenhuma referência conceitual para possibilitar aos educadores ou educadores o desenvolvimento na prática em sala de aula. Nossa pesquisa apoia-se no conceito de educomunicação de Soares (2016, p. 19):

A Educomunicação é assumida como um paradigma que orienta o planejamento e a implementação de ecossistemas comunicativos abertos, democráticos e criativos, visando a autonomia comunicativa dos sujeitos da Educação (professores e alunos), quer enquanto construtores de relações de convivência, enquanto produtores de mensagens ou como usuários dos sistemas de informação.

Com vasta experiência nessa área de pesquisa e com atuação na presidência da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais da Educomunicação, Soares reitera em suas publicações a falta de referências conceituais e metodológicas sobre educomunicação nos materiais desenvolvidos pelo MEC. Em seu artigo *A educomunicação possível: uma análise da proposta curricular do MEC para o Ensino Básico* (2016), ele afirma que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta avanços no entendimento sobre comunicação, mas carece de clareza sobre o tratamento do fenômeno comunicacional no e para o processo educativo. O mesmo fato conseguimos observar na cartilha que estamos estudando nesse artigo.

Seguindo com a análise da cartilha, voltaremos nosso olhar para a temática 2 que apresenta *Orientações para entes federados e redes de ensino*. O texto é organizado em quatro tópicos que indicam o que as Secretarias Municipais e Estaduais e as redes de ensino necessitam fazer para apoiar as escolas.

Sobre a incidência de termos que estão ligados aos conceitos fundantes de comunicação preventiva e cultura do cuidado (categoria de análise 1), não identificamos a citação de nenhuma das palavras como: 1. comunicação; 2. prevenção; 3. risco; 4. crise;

e 5. cuidado. A construção narrativa é composta por quatro frases, sendo que, cada uma delas corresponde a um tópico de orientação.

Como termos mais recorrentes no texto (categoria de análise 2), identificamos três referências as palavras: 1. diretrizes; e 2. orientação/orientações. Essa recursividade das duas palavras em um texto tão pequeno reafirma o tom ferramental que a cartilha propõe em sua narrativa. Mesmo sendo emanado do Ministério da Educação (MEC) para todas as organizações educacionais do país, o documento não apresenta um caráter crítico ou reflexivo sobre a prevenção da violência nas escolas, ele apenas determina que as organizações desenvolvam seus programas ou alinhem os já existentes com as diretrizes expostas na cartilha (conforme descrito no tópico 1 das Orientações para entes federados e redes de ensino).

Analisando o contexto no qual a cartilha foi escrita (categoria de análise 3), a expressão “grupos extremistas que promovem e disseminam o ódio” é citada duas vezes. Conforme grifo nosso nas citações a seguir:

Possibilitar formação continuada de profissionais da educação para combater múltiplas violências e identificar sinais de aproximação de estudantes a **grupos extremistas que promovem essas práticas e disseminam o ódio**. (MEC, 2023, p.3).

Estabelecer relação de diálogo contínuo com os serviços públicos de saúde mental e de assistência social que atendem a região da instituição educacional, para que a comunidade escolar seja capacitada para identificar sintomas de sofrimento emocional e/ou de cooptação por **grupos extremistas que promovem e disseminam o ódio**. (MEC, 2023, p.4).

A referência a esses grupos explica-se pelo aumento significativo de ataques em escolas no segundo semestre de 2022 e primeiro semestre de 2023 com possíveis conexões entre os autores dos ataques e grupos extremistas que dialogam via internet e espaços digitais divulgando práticas de violações aos direitos humanos, entre outras disseminações de ódio. Observando a incidência dessa expressão pode-se refletir que uma das possíveis motivações do Ministério da Educação para o desenvolvimento da cartilha foi dar uma resposta para as organizações educacionais e para a sociedade, sobre o que o Governo Federal estava realizando para colaborar com o combate à violência nas escolas.

Complementando a análise preliminar da temática 2 da cartilha, voltamos nosso olhar para termos relacionados área da comunicação (categoria de análise 4) na qual identificamos a presença da palavra diálogo presente do tópico 3 conforme grifo nosso na citação que segue:

Estabelecer relação de **diálogo** contínuo com os serviços públicos de saúde mental e de assistência social que atendem a região da instituição educacional, para que a comunidade escolar seja capacitada para identificar sintomas de sofrimento emocional e/ou de cooptação por grupos extremistas que promovem e disseminam o ódio. (MEC, 2023, p.4).

Para fins conceituais da nossa pesquisa, reconhecemos diálogo como a interação entre os sujeitos que pressupõe troca, relação e construção de sentido. Observando-o no contexto das organizações concordamos com Oliveira (2016, p. 109) que afirma que:

a comunicação só acontece por meio do diálogo e ele se dá independente da intencionalidade e dos papéis sociais dos interlocutores. Não é mais possível falar em transmissão da informação, mas sim em construção do sentido dos discursos nas situações de trocas comunicacionais ou conversações.

Observando a utilização do termo diálogo no contexto narrativo da cartilha identificamos que ele está mais vinculado a uma solicitação de suporte formativo dos serviços de saúde mental e assistência social para as comunidades educativas do que, propriamente, o estabelecimento de diálogo no viés interativo e relacional no qual acreditamos. Almejamos que, com a promoção dos espaços formativos sugeridos na cartilha, essa relação dialógica entre os sujeitos – escolas e serviços de saúde mental e assistência social – desenvolva-se, porém, no formato que está descrito na narrativa da cartilha não é possível afirmar como e se essa relação irá se concretizar.

Seguindo com a análise da cartilha, voltaremos nosso olhar para a temática 3 que apresenta *Orientações para instituições de ensino*. O texto é organizado em 16 tópicos que indicam estratégias gerenciais e pedagógicas que as escolas podem adotar.

Partindo da categoria de análise 1 referente a incidência de termos que estão ligados aos conceitos fundantes de comunicação preventiva e cultura do cuidado: 1. comunicação; 2. prevenção; 3. risco; 4. crise; e 5. cuidado; observamos a citação do termo comunicação três vezes (tópicos 1 e 14); prevenção foi citada em quatro momentos (tópicos 5, 8, 12 e 14) e cuidado foi citado uma única vez no tópico 4.

A palavra comunicação aparece nos seguintes trechos grifados por nós: “Conhecer e mapear os serviços de segurança pública locais (polícia militar, civil e guardas municipais), estabelecendo redes de diálogo e **comunicação** sobre o tema” (MEC, 2023, p.5); “Desenvolver e **comunicar** adequadamente os procedimentos de denúncia com a contribuição de funcionários das secretarias estaduais e municipais de educação, diretorias regionais de educação e agências locais de segurança pública (...)” (MEC, 2023,

p.9); e “Informar a comunidade escolar que todas as ameaças de violência devem ser **comunicadas** nos canais indicados, mesmo que sintam que não é uma ameaça “real”, que seja falsa ou mal-intencionada” (MEC, 2023, p.9).

Em alguns dos trechos grifados percebemos que a compreensão sobre comunicação ainda seguem a lógica matemática – escola como emissora da informação e comunidade educativa como receptora. Entretanto, como nos explica Wolton (2006, p. 224), “todos sonham em reduzir a comunicação à troca de informações, e todos constataam que o homem não vive de informações, de mensagens, mas de relações, na maior parte do tempo, difíceis”, ou seja, a cartilha aponta para ações que seriam mais voltadas ao aspecto informativo do que comunicacional, pois para existir comunicação é preciso existir troca, relação, e nesses casos de espaços de denúncias, por exemplo, é possível que essas trocas não ocorram.

Sobre a citação do termo prevenção, ele aparece nos trechos dos tópicos 5 e 12 relacionado ao desenvolvimento de ações de prevenção à violência. O que, *a priori*, pode ser adotado como uma prática recorrente de comunicação preventiva. Já nos tópicos 8 e 14, o termo aparece como justificativa para as denúncias de possíveis atos violentos feitos nos canais de órgãos oficiais. O contexto pode ser analisado no grifo que fizemos nas duas citações a seguir: “Explicitar para todas as pessoas envolvidas que o objetivo é a **prevenção** de um incidente violento, não a punição, incentivando o diálogo contínuo” (MEC, 2023, p. 7) e “Assegurar-se de que os estudantes entendam que, ao relatar o comportamento preocupante de colegas, o objetivo é a **prevenção**” (MEC, 2023, p. 9). Nesse sentido, entendemos que a palavra prevenção se distancia do sentido denotado em nossa abordagem conceitual de comunicação preventiva, à luz da cultura do cuidado, pois ela deixa de ter um aspecto educativo/conscientizador e passa a ter uma denotação de justificativa para uma ação que pode [ou não] ter ligação com o entendimento do denunciante sobre prevenção a respeito do fato que está sendo relatado.

Já a incidência do termo cuidado aparece uma única vez no tópico 4 conforme grifo nosso na citação a seguir: “Manter as boas condições de zeladoria das instituições de ensino (iluminação, limpeza etc.), encorajando um **cuidado** coletivo com o espaço e o ambiente” (MEC, 2023, p.6). A citação fala em cuidado coletivo, mas relacionado ao espaço físico e não ao cuidado com as pessoas. Entendemos que a cultura do cuidado privilegia a integralidade, ou seja, inclui as pessoas e os espaços que elas vivem. O que nos chama atenção na narrativa da cartilha é que o cuidado fica restrito ao aspecto

estrutural da escola e não é citado, de forma literal, como uma iniciativa que abarque as pessoas que compõe a organização educacional.

Como termo mais recorrente no texto e contexto que ele denota (categorias de análise 2 e 3), identificamos seis referências a palavra violência/violências identificadas nos tópicos 5, 8, 9, 12 e 14. Essa recursividade do termo complementa-se ao mesmo contexto que foi pontuado na temática 2 ao tencionarmos o uso da terminologia “grupos extremistas que promovem e disseminam o ódio”. Ou seja, o GT do MEC responsável pelo desenvolvimento da cartilha estava imbuído do cenário político/social do tempo vivido e possivelmente desenvolveu esse documento como uma forma de retorno/resposta para a sociedade.

Finalizando a análise dessa temática e passando para a categoria 4 sobre a presença de termos relacionados área da comunicação, mais uma vez o termo diálogo aparece no texto, dessa vez citado nos tópicos 1, 8 e 12 conforme grifo nosso nas citações a seguir: “Conhecer e mapear os serviços de segurança pública locais (polícia militar, civil e guardas municipais), estabelecendo redes de **diálogo** e comunicação sobre o tema” (MEC, 2023, p. 5); “Explicitar para todas as pessoas envolvidas que o objetivo é a prevenção de um incidente violento, não a punição, incentivando o **diálogo** contínuo” (MEC, 2023, p. 7); e “Estabelecer relação de **diálogo** contínuo com os serviços públicos de saúde mental e de assistência social na comunidade que atendem a região da instituição educacional” (MEC, 2023, p. 7). Ou seja, nos tópicos 1 e 12 o termo diálogo aparece com a mesma intencionalidade de pedido de apoio e suporte para outros órgãos e agentes públicos assim como já foi citado na temática 2 da cartilha. Já no tópico 8, o termo aparece como um tom narrativo mais próximo do conceito de diálogo que desenvolvemos na nossa pesquisa. Com a complementariedade da palavra contínuo pode-se entender que o que a cartilha propõe é o estabelecimento de uma relação de trocas, conversas, sobre a temática da prevenção das violências.

As duas últimas temáticas da cartilha trazem com tópico o *canal de denúncias* do Ministério da Educação e dois pontos de *intervenção e resposta imediata* que se limitam a solicitar para as organizações educacionais e entes ligados ao setor educativo que coloquem em prática as orientações dispostas na cartilha e tenham uma equipe preparada para responder a eventuais dúvidas sobre segurança.

Como os dois conteúdos compõem as duas últimas páginas da cartilha e tem o texto formado por informações básicas de contato para denúncias, não tivemos escopo para realizar a análise dentro das quatro categorias elencadas em nossa metodologia.

Considerações oportunas

A partir dos conceitos estudados e da análise da cartilha algumas considerações se fazem oportunas. A partir da leitura de contexto no qual a cartilha foi desenvolvida é possível inferir que talvez o objetivo principal do MEC seja o de desenvolver orientações que levem em conta a segurança no sentido de proteção física, do manter-se seguro. Contudo, sob nossa perspectiva, ao falarmos de segurança, é relevante pensarmos incluindo o aspecto do cuidado integral, superando as práticas segmentadas de encarar o combate à violência apenas com medidas ferramentais como vigilância, alarmes, recurso de segurança policial e/ou privada, entre outros.

Traçando um panorama sobre as análises preliminares da cartilha, identificamos que ela foi redigida em um tom narrativo/impositivo que privilegia o sentido estrito de segurança enquanto proteção física. Entretanto, do nosso ponto de vista, essa abordagem torna-se insuficiente para dar conta da complexidade da sociedade em que vivemos. Para nós, falar de segurança também é falar de cultura do cuidado. Acreditamos que elas devem andar juntas para que possamos pensar na prevenção de crises com um olhar integrador: ‘Eu me cuido, me sinto seguro, e colaboro para que os outros ao meu redor também se sintam seguros’. O cuidado pode deixar de ter regras isoladas, determinadas de forma impositiva, e passar a ser construído de forma participativa e integradora para que as pessoas entendam a importância de se cuidarem e cuidarem dos outros.

Nessa perspectiva, nosso questionamento fundante sobre quais as possíveis contribuições que os estudos de comunicação preventiva, à luz da cultura do cuidado, podem trazer para a gestão de riscos e crises nas organizações de ensino nos instiga a refletir que uma das contribuições possa ser, justamente, o tensionamento para que os gestores e gestoras olhem com mais atenção para essa temática e abram espaço para o desenvolvimento de uma cultura do cuidado que privilegie o aspecto sinodal e integrador.

Estar preparados para o enfrentamento de situações difíceis e emergentes é um diferencial potente na sociedade complexa que vivemos. Com o desenvolvimento de nossa pesquisa e com novos estudos que venham a surgir no campo acadêmico almejamos

entender, mais profundamente, como podemos contribuir na construção de uma comunicação preventiva ancorada na cultura do cuidado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, António Betâmio de. A ciência da avaliação do risco: “evidenciação” de limites epistemológicos inevitáveis. *Revista Territorium*, ano 28 (II), p. 135-144, 2021.

ARAÚJO, Anna Bárbara. Da ética do cuidado à interseccionalidade: caminhos e desafios para a compreensão do trabalho de cuidado. *Revista Mediações*, Londrina, v. 23 n. 3, p. 43-69, set.- dez. 2018.

BRUSTOLIN, Leomar Antônio. A vida: dom e cuidado - Antropologia Teológica e Ética do Cuidado. *Revista Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 36 n. 152: Teologia Ministerial a serviço da vida, p. 441-460, 2006.

CARA, Daniel et al. O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental. São Paulo, 2022. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Relatorio_ExtremismoDeDireitaAtaquesEscolasAlternativasParaAcaoGovernamental_RelatorioTransicao_2022_12_11.pdf. Acesso em: 21/6/2023.

CONCEIÇÃO, Elizeu da. Caminho sinodal de Papa Francisco para uma ética econômica do cuidado. *ESPAÇOS - Revista de Teologia e Cultura*, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 7–20, 2020. Disponível em: <https://espacos.itespteologia.com.br/espacos/article/view/715>. Acesso em: 10/6/2023.

FLORCZAK, Rosângela. Visão processual da gestão das crises. *Roflorczak.com*. 21/5/2019. Disponível em: <https://roflorczak.com/2019/05/21/crises-nossas-de-cada-dia-coluna-semanal-no-linkedin/>. Acesso em: 10/6/2023

FORNI, João José. *Gestão de crises e comunicação: o que gestores e profissionais de comunicação precisam saber para enfrentar crises corporativas*. – 3. ed – [2. Reimpr.]. – São Paulo: Atlas, 2020.

FRANCISCO, Papa. Mensagem para a celebração do 54º Dia Mundial da Paz – 1/1/2021. Vaticano, 8 de dezembro de 2020. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa-francesco_20201208_messaggio-54giornatamondiale-pace2021.html#_ftnref2. Acesso em: 10/6/2023.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KUHNEN, Tânia Aparecida. A ética do cuidado como teoria feminista. *Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas - Universidade Estadual de Londrina*. 2014

MACHADO, Jones. *Gestão Estratégica de comunicação de crise*. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2020

MEC. *Recomendações para Proteção e Segurança no Ambiente Escolar*. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de>

conteudo/publicacoes/cartilha_recomendacoes_protecao_seguranca_ambiente_escolar.pdf.
Acesso em: 21/6/2023.

MEDINA, Mônica. Gestão de riscos: a prevenção que garante a saúde reputacional das empresas. In: PRADO, Elisa. Gestão da reputação: riscos, crise e imagem corporativa. São Paulo: Aberje, 2017.

MORIN, Edgar. O método III: o conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008.

_____. Introdução ao pensamento complexo. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

NUNES, Ana Karin. Crise: evento iminente com grande potencial transformador. Cadernos de Comunicação, [S. l.], v. 24, n. 3, 2021. DOI: 10.5902/2316882X41140. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/41140>. Acesso em: 5/3/2023.

NUNES, Ana Karin; OLIVEIRA, Rosângela Florczak de. Crise, risco e comunicação: revisão da literatura e abordagens brasileiras de um campo em legitimação. XV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas. São Paulo: Abrapcorp, 2021. Disponível em: <http://portal.abrapcorp2.org.br/wp-content/uploads/2021/07/sff-69.pdf>. Acesso em: 21/6/2023.

PRADO, Elisa. Gestão da reputação: riscos, crise e imagem corporativa. São Paulo: Aberje, 2017.

OLIVEIRA, Rosângela Florczak de. Comunicação dialógica estratégica para a prevenção e gestão de crise no contexto das organizações. Cadernos de Comunicação UFSM, v. 24, p. 1-15, 2020.

OLIVEIRA, Rosângela Florczak de. Dimensões possíveis para o diálogo na comunicação estratégica: tecituras e religações entre o Relatório de Sustentabilidade e as mídias sociais da Vale. Tese de Doutorado em Comunicação Social – Faculdade de Comunicação Social – PUCRS, Porto Alegre, 2016.

SHINYASHIKI, R.T.; FISCHER, R.M.; SHINYASHIKI, G. A importância de um sistema integrado de ações na gestão de crises. Revista Organicom, ano 4, n. 6, 1º sem. 2007, p. 149-159.

STEELMAN, Toddi A.; MCCAFFREY, Sarah. Best practices in risk and crisis communication: Implications for natural hazards management. Natural hazards, v. 65, n. 1, p. 683-705, 2013.

VENTURA, Raissa Wihby; KRITSCH, Raquel. A radicalidade do particular – o encontro entre a ética do cuidado e as epistemologias feministas. Revista Mais que Amélias - Dossiê Especial Ética do Cuidado, n. 7, 2020.